

ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2007

Última Atualização 03.08.2006

[\(voltar\)](#)

I. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2007

I.1. [A Estratégia para o Processo de 2007](#)

I.2. [O Plano Plurianual](#)

I.3. **Diretrizes de Elaboração Orçamentária**

I.3.1. [Lei de Diretrizes Orçamentárias](#)

I.3.2. [Prioridades e Metas para 2007](#)

II. [ETAPAS E PRODUTOS DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO](#)

III. PAPEL DOS AGENTES NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO

III.1. [Secretaria de Orçamento Federal](#)

III.2. [Órgão Setorial](#)

III.3. [Unidade Orçamentária](#)

IV. [FLUXO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO](#)

V. INSTRUÇÕES PARA O DETALHAMENTO DA PROPOSTA SETORIAL

V.1. [Descrição das Atividades do Detalhamento da Proposta Setorial](#)

V.2. [Momentos do Processo de Detalhamento da Proposta Setorial](#)

VI. [ELABORAÇÃO DA MENSAGEM PRESIDENCIAL](#)

VII. [ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES](#)

Manual Técnico de Orçamento - MTO

I. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2007

I.1. A Estratégia para o Processo de 2007

O Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA - da União para o exercício de 2007 será enviado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de 2006.

O processo de elaboração do PLOA se desenvolve no âmbito do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e envolve um conjunto articulado de tarefas complexas, compreendendo a participação dos órgãos central, setoriais e das unidades orçamentárias do sistema, o que pressupõe a constante necessidade de tomada de decisões nos seus vários níveis. Para nortear o desenvolvimento do seu processo de trabalho, a SOF toma como base um conjunto de premissas, que compreende:

- orçamento visto como instrumento de viabilização do planejamento do Governo;
- ênfase na análise pela finalidade do gasto da Administração, transformando o orçamento em instrumento efetivo de programação de modo a possibilitar a implantação da avaliação dos programas e ações;
- aprimoramento das metodologias de cálculo das despesas obrigatórias, quais sejam, aquelas que constituem obrigações constitucionais e legais da União, nos termos do art. 9º, § 2º, da LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000);
- administração do processo por meio de cronograma gerencial e operacional com etapas claramente especificadas, produtos definidos e configurados, participação organizada e responsável dos agentes envolvidos e divulgação de informações, garantindo o crescimento da confiança e da credibilidade nos diversos níveis da Administração;
- ciclo orçamentário desenvolvido como processo contínuo de análise e decisão ao longo de todo o exercício;
- integração da execução orçamentária com a elaboração, conferindo racionalidade e vitalidade ao processo, por meio da padronização e agilização na produção de informações gerenciais que subsidiem, simultaneamente, as decisões que ocorrem no desencadeamento dos dois processos;
- incorporação das repercussões de decisões geradas em uma das instâncias, que afetam o desenvolvimento da outra;
- criação de instrumentos de atualização das projeções da execução e da elaboração do orçamento para subsidiar a tomada de decisão no âmbito das metas fiscais a serem atingidas; e
- elaboração do projeto, aprovação e execução da lei orçamentária realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade às informações relativas a cada uma das etapas do processo.

No que concerne especificamente aos procedimentos de elaboração da proposta orçamentária, a sistemática planejada para 2007 pretende contemplar, de forma integrada, as especificidades do órgão central, dos órgãos setoriais e das unidades orçamentárias. Essa sistemática está calcada nos seguintes princípios:

- o Plano Plurianual 2004-2007 estabelece os programas que constarão dos orçamentos da União para os exercícios compreendidos no mesmo período;

- o instrumento norteador da elaboração da Lei Orçamentária para 2007 é a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007;
- o orçamento viabiliza a realização anual dos programas mediante a quantificação das metas e a alocação de recursos para as ações orçamentárias (projetos, atividades e operações especiais);
- a elaboração dos orçamentos da União é de responsabilidade conjunta dos órgãos central e setoriais e das unidades orçamentárias; e
- a elaboração da proposta orçamentária inicia-se na avaliação da execução de 2005, com base na programação de 2006, resultando na revisão da estrutura programática para 2007, último exercício do Plano Plurianual 2004-2007.

O processo de elaboração da proposta orçamentária para os Poderes Legislativo e Judiciário e para o Ministério Público da União apresenta as seguintes peculiaridades:

- o art. 14 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 - PLDO-2007 determina uma data específica para entrega das respectivas propostas setoriais à Secretaria de Orçamento Federal;
- o Poder Judiciário e o Ministério Público da União deverão encaminhar parecer de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, que constarão das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2007, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 14 do PLDO-2007; e
- o art. 19 do PLDO-2007 estabelece metodologia específica para efeito da elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias.

[Início](#)

I.2. O Plano Plurianual

O Plano Plurianual - PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Os princípios básicos que norteiam o PPA são:

- identificação clara dos objetivos e das prioridades do Governo;
- integração do planejamento e do orçamento;
- promoção da gestão empreendedora;
- garantia da transparência;
- estímulo às parcerias;
- gestão orientada para resultados; e
- organização das ações de Governo em programas.

[Início](#)

I.3. Diretrizes de Elaboração Orçamentária

I.3.1. Lei de Diretrizes Orçamentárias

Instituída pela Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO é o instrumento norteador da elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA na medida em que dispõe para cada exercício sobre:

- as prioridades e metas da Administração Pública Federal;
- a estrutura e organização dos orçamentos;
- as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos da União e suas alterações;
- a dívida pública federal;
- as despesas da União com pessoal e encargos sociais;
- a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento;
- as alterações na legislação tributária da União; e
- a fiscalização pelo Poder Legislativo e sobre as obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF atribuiu à LDO a responsabilidade de tratar de outras matérias, tais como:

- estabelecimento de metas fiscais;
- fixação de critérios para limitação de empenho e movimentação financeira;
- publicação da avaliação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores civis e militares;
- avaliação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador e projeções de longo prazo dos benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;
- margem de expansão das despesas obrigatórias de natureza continuada; e
- avaliação dos riscos fiscais.

[Início](#)

I.3.2. Prioridades e Metas para 2007

As prioridades e metas da Administração Pública Federal para o exercício de 2007 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas, que integra o PLDO-2007.

O processo de elaboração das prioridades e metas da Administração Pública Federal para 2007 foi alterado com vistas a associá-las aos Desafios, que compõem a base estratégica do Plano Plurianual 2004/2007. Paralelamente, os principais compromissos da administração foram sintetizados na forma de metas físicas, as quais terão precedência no processo de alocação de recursos na lei orçamentária de 2007 e na sua execução, depois de atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União, as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e as do Projeto-Piloto de Investimentos - PPI, não constituindo, entretanto, limite à programação da despesa.

A partir da avaliação do processo adotado até 2005, para a estruturação das prioridades e metas que compõem a LDO, constatou-se que:

- As metas eram apresentadas por meio de programas e ações orçamentárias, sem que existisse uma efetiva ligação com resultados ou produtos socialmente verificáveis em um determinado ano; e
- Os produtos das ações orçamentárias possuíam Metas Síntese, impossibilitando a aferição de resultados por representarem parte do produto final, objeto da ação estratégica ou do compromisso do Governo.

Diferentemente do [Anexo das Prioridades e Metas da LDO-2006](#), buscou-se, na elaboração do [Anexo das Prioridades e Metas do PLDO-2007](#), produzir um referencial que pudesse demarcar um conjunto de metas geradoras efetivas de resultados concretos e estruturalmente organizados.

[Início](#)

II. ETAPAS E PRODUTOS DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO

As etapas do processo de elaboração, os responsáveis e os produtos gerados estão relacionados na tabela a seguir:

Tabela II.1 - Etapas e Produtos do Processo de Elaboração da Proposta Orçamentária para 2007

ETAPAS	Responsável	PRODUTO
Planejamento do Processo de Elaboração	SOF	Definição da Estratégia do processo de elaboração ; Etapas, Produtos e Agentes Responsáveis no Processo ; Papel dos Agentes ; Metodologia de Projeção de Receitas e Despesas ; Fluxo do Processo ; e Instruções para Detalhamento da Proposta Setorial .
Definição de Macrodiretrizes	SOF, Assessoria Econômica/MP, Órgãos Setoriais, MF e Casa Civil/PR	Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária : PLDO-2007 - Parâmetros Macroeconômicos; Metas Fiscais; Riscos Fiscais; Objetivos das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial; e Demonstrativo da estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
Revisão da Estrutura Programática	SOF, SPI, DEST, IPEA, Órgãos Setoriais, Unidades Orçamentárias e Gerentes de Programas	Estrutura Programática do Orçamento.
Avaliação da NFGC para a Proposta Orçamentária	SOF, Assessoria Econômica/MP, Órgãos Setoriais, MF e Casa Civil/PR	Estimativa de Receitas e das Despesas que compõem a Necessidade de Financiamento do Governo Central - NFGC, para a proposta orçamentária.
Estudo, Definição e Divulgação de Limites para a Proposta Setorial	SOF/ MP/ Casa Civil/PR	Referencial monetário para apresentação da proposta orçamentária dos órgãos setoriais.
Captação da Proposta Setorial	Unidades Orçamentárias e Órgãos Setoriais	Proposta orçamentária dos órgãos setoriais, detalhada no SIDOR.
Análise e Ajuste da Proposta Setorial	SOF	Proposta orçamentária analisada, ajustada e definida.
Fechamento, Compatibilização e Consolidação da Proposta Orçamentária	SOF, MP e Casa Civil/PR	Proposta orçamentária aprovada pelo MP e pela PR, fonteada, consolidada e compatibilizada em consonância com a CF, o PPA, a LDO e a LRF.
Elaboração e Formalização da Mensagem Presidencial e do Projeto de Lei Orçamentária	SOF, IPEA, DEST, Área Econômica, Órgãos Setoriais e Casa Civil/PR	Mensagem Presidencial, Texto e Anexos do Projeto de Lei Orçamentária elaborados e entregues ao Congresso Nacional
Elaboração e Formalização das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária	SOF, DEST, Área Econômica, Órgãos Setoriais e Casa Civil/PR	Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária, elaboradas e entregues ao Congresso Nacional

[Início](#)

III. PAPEL DOS AGENTES NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO

III.1. Secretaria de Orçamento Federal

- definição de diretrizes gerais para o processo orçamentário federal;
- coordenação do processo de elaboração dos Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias Anuais - PLDO e do orçamento anual da União;
- análise e definição das ações orçamentárias que compõem a estrutura programática dos órgãos e unidades orçamentárias no exercício;
- fixação de normas gerais de elaboração dos orçamentos federais;
- orientação, coordenação e supervisão técnica dos órgãos setoriais de orçamento;
- fixação de parâmetros e referenciais monetários para a apresentação das propostas orçamentárias setoriais;
- análise e validação das propostas setoriais;
- consolidação e formalização da proposta orçamentária da União; e
- coordenação das atividades relacionadas à tecnologia de informações orçamentárias necessárias ao trabalho desenvolvido pelos agentes do sistema orçamentário federal.

[Início](#)

III.2. Órgão Setorial

O órgão setorial desempenha o papel de articulador no seu âmbito, atuando verticalmente no processo decisório e integrando os produtos gerados no nível subsetorial, coordenado pelas unidades orçamentárias. Sua atuação no processo de elaboração envolve:

- estabelecimento de diretrizes setoriais para elaboração da proposta orçamentária;
- avaliação da adequação da estrutura programática e mapeamento das alterações necessárias;
- formalização ao MP da proposta de alteração da estrutura programática;
- coordenação do processo de atualização e aperfeiçoamento da qualidade das informações constantes do cadastro de programas e ações;
- fixação, de acordo com as prioridades setoriais, dos referenciais monetários para apresentação das propostas orçamentárias das unidades orçamentárias;
- definição de instruções, normas e procedimentos a serem observados no âmbito do órgão durante o processo de elaboração da proposta orçamentária;
- coordenação do processo de elaboração da proposta orçamentária no âmbito do órgão setorial;
- análise e validação das propostas orçamentárias provenientes das unidades orçamentárias; e
- consolidação e formalização da proposta orçamentária do órgão.

[Início](#)

III.3. Unidade Orçamentária

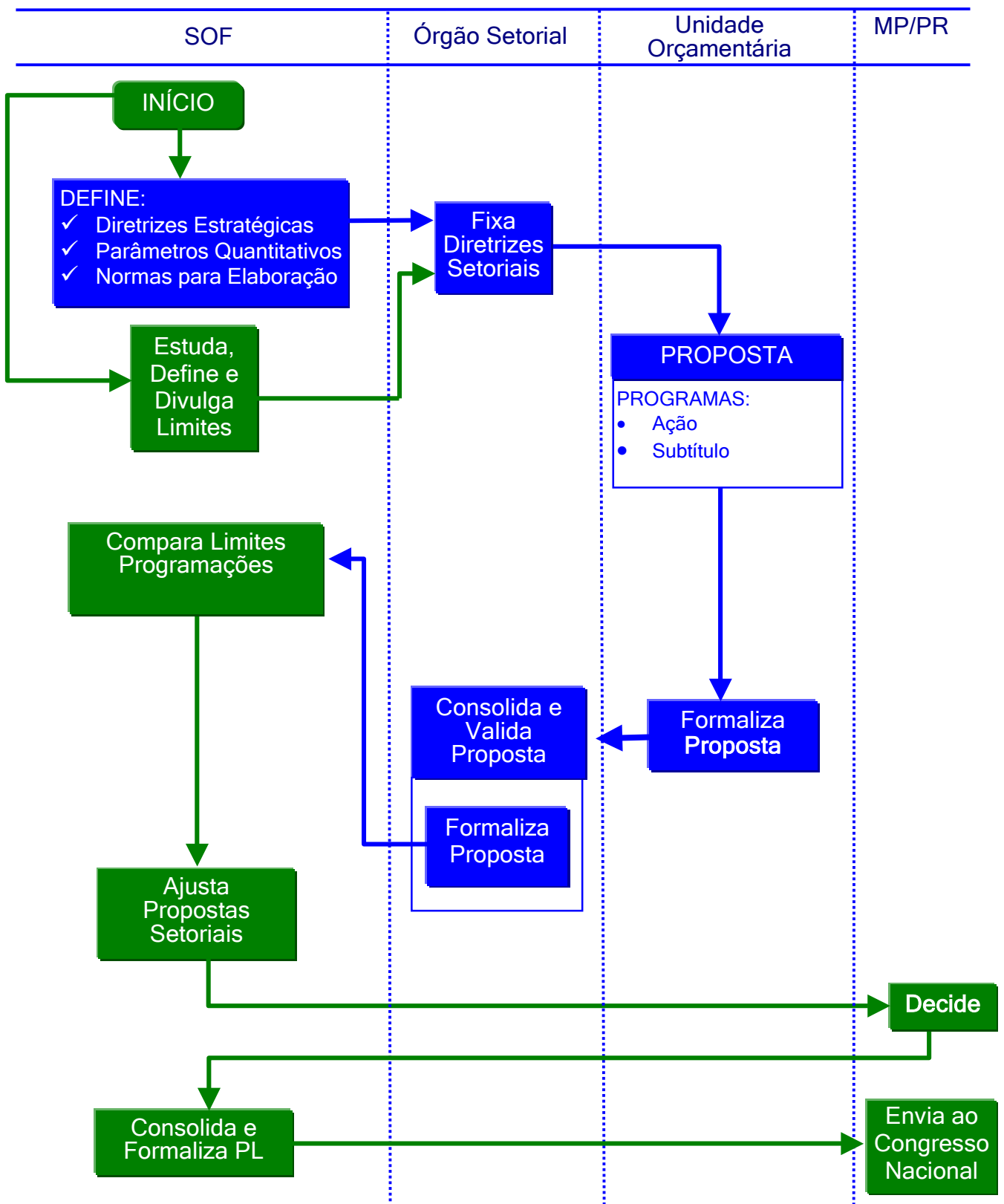
A unidade orçamentária desempenha o papel de coordenadora do processo de elaboração da proposta orçamentária no seu âmbito de atuação, integrando e articulando o trabalho das unidades administrativas componentes. Trata-se de momento importante do qual dependerá a consistência da proposta do órgão, no que se refere a metas, valores e justificativas que fundamentam a programação.

As unidades orçamentárias são responsáveis pela apresentação da programação orçamentária detalhada da despesa por programa, ação orçamentária e subtítulo. Seu campo de atuação no processo de elaboração compreende:

- estabelecimento de diretrizes no âmbito da unidade orçamentária para elaboração da proposta orçamentária;
- estudos de adequação da estrutura programática do exercício;
- formalização ao órgão setorial da proposta de alteração da estrutura programática sob a responsabilidade de suas unidades administrativas;
- coordenação do processo de atualização e aperfeiçoamento das informações constantes do cadastro de ações orçamentárias;
- fixação, de acordo com as prioridades, dos referenciais monetários para apresentação das propostas orçamentárias das unidades administrativas;
- análise e validação das propostas orçamentárias das unidades administrativas; e
- consolidação e formalização da proposta orçamentária da unidade orçamentária.

[Início](#)

IV. FLUXO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO



Início

V. INSTRUÇÕES PARA O DETALHAMENTO DA PROPOSTA SETORIAL

V.1. Descrição das Atividades do Detalhamento da Proposta Setorial

Com base nos referenciais monetários os Órgãos Setoriais detalham, no SIDOR, a abertura desses limites em nível da estrutura funcional e programática da despesa. Dentro do escopo da escassez de recursos, cada Órgão Setorial, primará, no processo de alocação orçamentária, pela melhor distribuição, tendo como princípio a ótica das prioridades e da qualidade do gasto.

Vale registrar que o detalhamento da proposta orçamentária para as despesas com sentenças/precatórios e com a parcela da dívida contratual que não diz respeito aos Encargos Financeiros da União, é feito diretamente pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF. As informações para elaboração da proposta relativa a essas despesas são captadas pela SOF junto, respectivamente, aos Tribunais Superiores e aos Órgãos Setoriais.

A captação da proposta setorial para 2007 apresenta as seguintes particularidades:

- toma por base a estrutura programática revista para 2007;
- aguarda a definição dos tipos de detalhamento para a elaboração da Proposta Setorial, nos quais serão alocados os programas de trabalho componentes da proposta;
- tem sua abertura, segundo o cronograma, no SIDORNet, por Unidade Orçamentária e tipo de detalhamento;
- a proposta das Unidades Orçamentárias será feita no SIDORNet e encaminhada aos seus respectivos Órgãos Setoriais para análise, revisão e ajustes. Tanto no momento das Unidades Orçamentárias quanto no dos Órgãos Setoriais a proposta é elaborada por tipo de detalhamento orçamentário compatível com as ações orçamentárias, desdobradas por subtítulos pertinentes a cada tipo de detalhamento;
- será feita a indicação das fontes de recursos na fase da elaboração da proposta, sendo que a proposta setorial deverá incluir o detalhamento das despesas a serem custeadas com recursos oriundos de:
 - ✓ ingresso de operações de crédito (fontes 46, 47, 48 e 49);
 - ✓ recursos próprios não-financeiros e financeiros (fontes 50 e 80);
 - ✓ taxas (fontes 74 e 75);
 - ✓ outras contribuições econômicas e sociais (fontes 11, 72 e 76);
 - ✓ doações (fontes 94, 95 e 96);
 - ✓ convênios (fonte 81); e
 - ✓ compensações financeiras pela exploração de petróleo ou gás natural (fonte 42).

Para as despesas custeadas pelas demais fontes, deverá ser utilizado o identificador de fonte de recursos “105 - Recursos do Tesouro a Definir”.

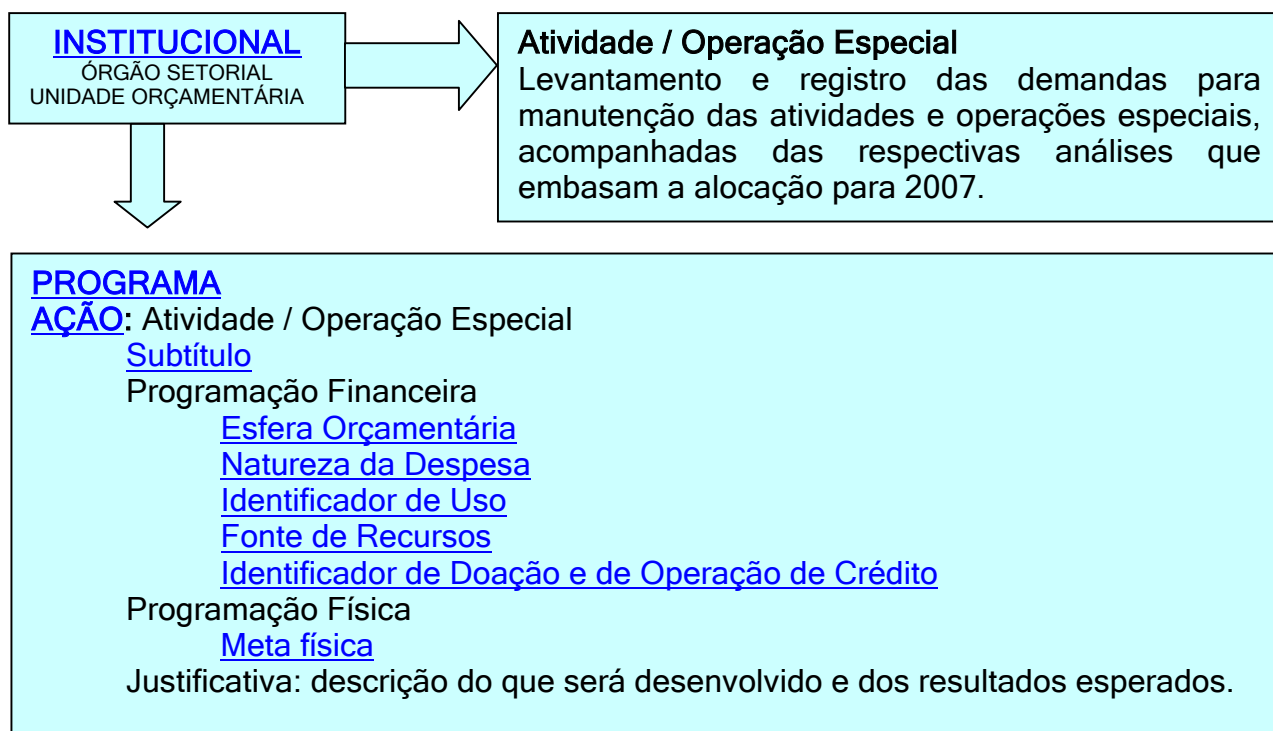
A associação das fontes efetivas a essas despesas é processada pela SOF;

- o encaminhamento das propostas dos Órgãos Setoriais à SOF será feita para o conjunto das Unidades Orçamentárias e por tipo de detalhamento; e
- será realizada uma verificação, pela SOF, da compatibilidade das propostas encaminhadas pelos Órgãos Setoriais, com os limites orçamentários estabelecidos, condição básica para se iniciar a fase de análise no âmbito da Secretaria. Caso sejam constatadas incompatibilidades, o Órgão Setorial é acionado para proceder aos ajustes necessários.

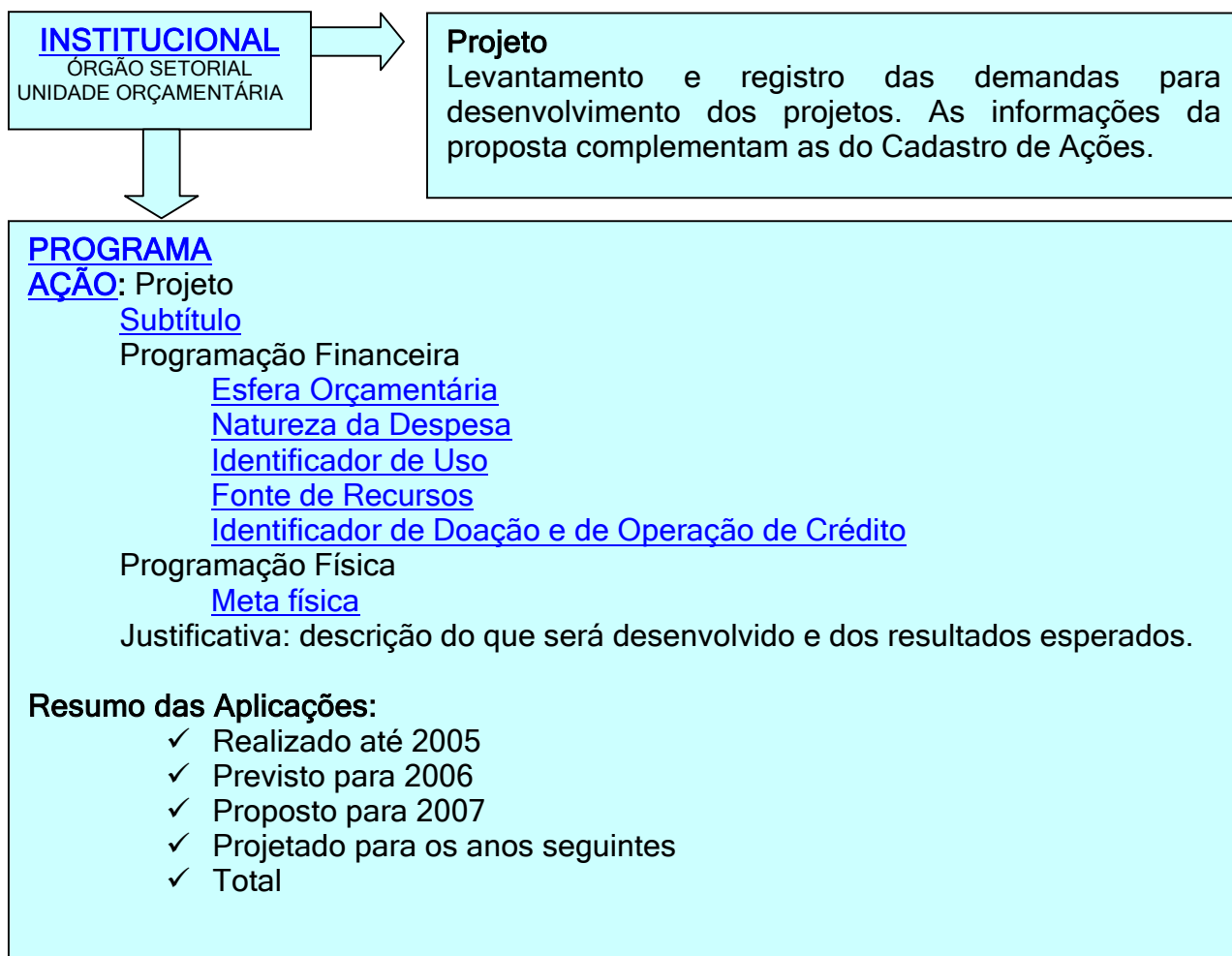
A utilização do SIDORNet para a captação da proposta é descrita no [Manual do Sistema de Captação da Proposta Orçamentária para 2007](#).

Em consonância com a estrutura programática, a proposta orçamentária setorial para 2007 será consolidada por programa, com detalhamento das respectivas atividades, projetos e operações especiais, conforme os seguintes diagramas:

Detalhamento das Atividades e Operações Especiais



Detalhamento dos Projetos



[Início](#)

V.2. Momentos do Processo de Detalhamento da Proposta Setorial

O processo de detalhamento da proposta setorial, via SIDOR, divide-se em três etapas básicas, controladas pelo Sistema, denominadas “momento”, que se subdividem em subetapas - denominadas “tipo de detalhamento”. Cada momento pertence exclusivamente ao respectivo usuário e não pode ser compartilhado, o que assegura privacidade e segurança aos dados. Cada tipo de detalhamento corresponde a um determinado conjunto de despesas que serão tratadas separadamente segundo regras específicas.

Nos seus respectivos momentos, a Unidade Orçamentária, o Órgão Setorial e a SOF poderão consultar, incluir, alterar e excluir dados no subsistema “Captação Quantitativa das Propostas dos Orçamentos e da Revisão do PPA” até o encaminhamento da proposta. Encerrado esse momento, o órgão e a unidade poderão ainda consultar os dados encaminhados ou, excepcionalmente, alterar apenas os textos referentes à justificativa de sua

programação. A SOF poderá apenas consultar os dados encaminhados pelo órgão.

Tabela V 2.1 - Momentos e Tipo de Detalhamento

Momento	Responsável	Tipo de Detalhamento	Descrição
00	Unidade Orçamentária	01	Demais Despesas Discricionárias
		02	Demais Despesas Obrigatórias sem Controle de Fluxo
		03	Despesas Financeiras
		04	Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo
		05	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais
		06	Despesas com as Prioridades e Metas
		07	Despesas com a Dívida Contratual e Mobiliária
		08	Despesas com Precatórios e Sentenças Judiciais
		09	Despesas com o Projeto-Piloto de Investimentos
10	Órgão Setorial	11	Demais Despesas Discricionárias
		12	Demais Despesas Obrigatórias sem Controle de Fluxo
		13	Despesas Financeiras
		14	Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo
		15	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais
		16	Despesas com as Prioridades e Metas
		17	Despesas com a Dívida Contratual e Mobiliária
		18	Despesas com Precatórios e Sentenças Judiciais
		19	Despesas com o Projeto-Piloto de Investimentos
20	SOF	21	Demais Despesas Discricionárias
		22	Demais Despesas Obrigatórias sem Controle de Fluxo
		23	Despesas Financeiras
		24	Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo
		25	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais
		26	Despesas com as Prioridades e Metas
		27	Despesas com a Dívida Contratual e Mobiliária
		28	Despesas com Precatórios e Sentenças Judiciais
		29	Despesas com o Projeto-Piloto de Investimentos

[Início](#)

VI. ELABORAÇÃO DA MENSAGEM PRESIDENCIAL

A mensagem presidencial é o instrumento de comunicação oficial entre o Presidente da República e o Congresso Nacional, com a finalidade de encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual, estando seu conteúdo regido pelo art. 11 do [PLDO-2007](#).

A elaboração da mensagem presidencial é realizada sob a coordenação da SOF e envolve a participação da Casa Civil da Presidência da República, da Assessoria Econômica - ASSEC/MP, do Departamento das Empresas Estatais - DEST/MP, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/MP, da Secretaria de Gestão - SEGES/MP, da Secretaria de Política Econômica - SPE/MF, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF, da Secretaria da Receita Federal - SRF/MF, do Banco Central do Brasil e dos Órgãos Setoriais.

O processo de elaboração da mensagem presidencial está descrito, resumidamente, nas seguintes atividades:

- as diretrizes de elaboração da mensagem serão desenvolvidas por grupo composto pela Casa Civil da Presidência da República, ASSEC/MP, DEST/MP, IPEA/MP e SPE/MF, e encaminhadas à SOF para implementação;
- a SOF solicitará contribuições para elaboração das partes da mensagem presidencial aos responsáveis pelas áreas Econômica, Setorial e Empresas Estatais, que as prepararão e encaminharão à SOF;
- a SOF consolidará as contribuições, produzindo uma versão preliminar da mensagem presidencial; e
- a SOF formatará, imprimirá e encadernará a mensagem presidencial na sua versão final, após a aprovação do texto junto à direção do MP e à Casa Civil da Presidência da República.

[Início](#)

VII. ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

As Informações Complementares ao PLOA, conforme disposto no art. 10 do [PLDO-2007](#), são demonstrativos, elaborados a preços correntes, que estão relacionados no [Anexo III do PLDO-2007](#), e que deverão ser encaminhadas ao Congresso Nacional até 15 (quinze) dias após o envio àquela casa do Projeto de Lei Orçamentária de 2007. Esses demonstrativos são elementos que auxiliam na compreensão da proposta setorial, devendo, assim, ser compatíveis, no que couber, com a proposta orçamentária entregue ao Congresso Nacional.

O processo de elaboração das Informações Complementares está descrito, resumidamente, nas seguintes atividades:

- a SOF solicitará aos órgãos responsáveis as referidas Informações Complementares, que as elaborarão e encaminharão à SOF;
- a SOF analisará e consolidará as informações recebidas; e
- a SOF formatará, imprimirá e encadernará os volumes das Informações Complementares e os encaminhará ao Congresso Nacional.

Para download dos arquivos necessários ao preenchimento das informações complementares ao PLO 2007 clique [aqui](#).

[Início](#)